

# Entre vivências, memórias e cinzas/ abandono: O Centro Cultural Jorge Zanatta e a cidade de Criciúma

Marli de Oliveira Costa – professora doutora da Unesc  
Michele Gonçalves Cardoso – professora mestre da Unesc  
Tiago da Silva Coelho – professor mestre da Unesc

As chamas que atingiram o Centro Cultural Jorge Zanatta no dia 10 de setembro causaram revoltas, mas não surpresa. Infelizmente, a edificação vem sofrendo o descaso do poder público municipal há décadas. A imponente edificação localizada no Centro da cidade foi inaugurada em 1945, sendo seus traços arquitetônicos representativos de um período áureo da produção carbonífera de Criciúma.

O prédio foi construído para abrigar o DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). Nele havia laboratórios para tratamento de água da região, análise do solo, além de galpões para acondicionamento. Também foi nele que ocorreu a instalação do primeiro aparelho de raio-x de Santa Catarina.

Com o transcorrer do tempo, o edifício foi gerido e utilizado de várias formas. Nos anos de 1960, passou a ser administrado pela CEPCAN (Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional). Em 1964, serviu como local de inquérito e de prisão de militantes políticos e de sindicalistas após o Golpe Civil Militar brasileiro nos anos de 1970. Tempos depois, a CEPCAN foi desativada e em seu lugar o prédio acolheu o CNP (Conselho Nacional do Petróleo). Já na década de 1990, em acordo com a prefeitura municipal, a edificação passou a abrigar a Fundação Cultural de Criciúma, criando, assim, o Centro Cultural Jorge Zanatta.

Desde então, o Centro Cultural se tornou referência para todo o sul catarinense. Abrigando a Galeria de Arte Contemporânea, diversas oficinas de produção artística e uma variedade de atividades culturais, o prédio

foi amplamente aberto à comunidade. Sua importância, enquanto exemplar arquitetônico e lugar de memória, foi reconhecida em 2007, quando foi tombado Patrimônio Histórico da cidade em nível municipal. No entanto, o descaso do poder público com o Centro Cultural levou à sua completa interdição em 2013. No mesmo ano, foi iniciado o processo de tombamento em nível estadual.

A interdição do prédio evidencia a negligência com os espaços de cultura e de memória criciumenses, assim como o desrespeito com a legislação – neste caso específico, com a Lei 3.700/98, que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, artístico e natural do município.

Abafado entre grandes e modernas construções, aquele que outrora representava a pujança econômica do setor carbonífero agora agoniza. Quem conhece suas histórias ainda hoje pode ouvir em seus corredores os sussurros dos prisioneiros políticos, mas também os encantos e cantos das oficinas, das performances e das exposições.

Muitos buscam amparar o velho casarão para resguardar as memórias, abraçando, cantando, escrevendo, atuando, criando, ecoando nos lugares possíveis a importância e o sentido de se preservar não só a casa, mas também tudo o que se passou por ali, tudo o que ainda pode se passar, tentando garantir o DIREITO À MEMÓRIA.